

# Guia fiscal

COMUNIDADES PORTUGUESAS



BRASIL

## Abreviaturas

<b>AEVA</b>	Atividades de Elevado Valor Acrescentado
<b>AIMI</b>	Adicional ao IMI
<b>AT</b>	Autoridade Tributária e Aduaneira
<b>CDT</b>	Convenção para evitar a Dupla Tributação Internacional
<b>DAV</b>	Declaração Aduaneira de Veículos
<b>DUC</b>	Documento Único de Cobrança
<b>EEE</b>	Espaço Económico Europeu
<b>IBAN</b>	<i>International Bank Account Number</i>
<b>IMI</b>	Imposto Municipal sobre Imóveis
<b>IMT</b>	Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
<b>IMT</b>	Instituto da Mobilidade e dos Transportes
<b>IRC</b>	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
<b>IRS</b>	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
<b>ISV</b>	Imposto sobre Veículos
<b>IUC</b>	Imposto Único de Circulação
<b>IVA</b>	Imposto sobre o Valor Acrescentado
<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
<b>RNH</b>	Residentes Não Habituais
<b>UE</b>	União Europeia
<b>VPT</b>	Valor Patrimonial Tributário

## Índice

<b>Nota prévia.....</b>	<b>3</b>
<b>Que métodos de eliminação da dupla tributação se encontram previstos na CDT entre Portugal e o Brasil? .....</b>	<b>4</b>
<b>Como acionar a CDT entre Portugal e o Brasil?.....</b>	<b>8</b>
<b>Lista de países com Convenção para evitar a Dupla Tributação Internacional.....</b>	<b>9</b>
<b>Contactos e outras informações .....</b>	<b>10</b>

## Nota prévia

Entre Portugal e o Brasil foi celebrada uma convenção para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre o rendimento (CDT). Aprovada pela Resolução da Assembleia da República nº 33/2001, foi publicada no Diário da República – I Série - A - n.º 98 - de 27 de abril de 2001, páginas 2404 – 2413, estando em vigor desde 5 de outubro de 2001, com efeitos a 1 de janeiro de 2000.

Este guia visa apenas fazer um resumo dessa convenção. Para ler o documento original aceda [aqui](#).

Se pretender informações sobre o sistema fiscal português ou como pagar impostos portugueses a partir do estrangeiro, consulte o [Guia Fiscal das Comunidades Portuguesas](#).

Autoridade Tributária e Aduaneira

Setembro de 2023

## Que métodos de eliminação da dupla tributação se encontram previstos na CDT entre Portugal e o Brasil?

A CDT celebrada entre Portugal e o Brasil prevê os seguintes mecanismos de eliminação da dupla tributação internacional:

Tipo de rendimento	Método de eliminação de dupla tributação	Descrição
Rendimentos prediais	Crédito de imposto no Brasil	<p>Os rendimentos prediais gerados relativamente a imóveis localizados em território nacional podem ser tributados em Portugal, à taxa de tributação prevista na lei interna.</p> <p>Sendo tributados em Portugal, o Brasil concederá ao beneficiário destes rendimentos um crédito de imposto correspondente ao imposto português efetivamente pago <sup>(1)</sup>.</p>
Dividendos	Crédito de imposto no Brasil	<p>Os dividendos pagos por uma sociedade com sede, direção efetiva no território nacional a pessoas singulares poderão ser tributados em Portugal a uma taxa de 15% sobre o montante bruto.</p> <p>Sendo tributados em Portugal, o Brasil concederá ao beneficiário destes rendimentos um crédito de imposto correspondente ao imposto português efetivamente pago <sup>(1)</sup>.</p>
Juros	Crédito de imposto no Brasil	<p>Em regra, os juros pagos por uma entidade com residência, sede, direção efetiva ou estabelecimento estável (a quem o pagamento seja imputável) no território nacional poderão ser tributados em Portugal a uma taxa de 15% sobre o montante bruto.</p> <p>Sendo tributados em Portugal, o Brasil concederá ao beneficiário destes rendimentos um crédito de imposto correspondente ao imposto português efetivamente pago <sup>(1)</sup>.</p>

Tipo de rendimento	Método de eliminação de dupla tributação	Descrição
<i>Royalties</i>	Crédito de imposto no Brasil	<p>Os <i>royalties</i> pagos por uma entidade com residência, sede, direção efetiva ou estabelecimento estável (a quem o pagamento seja imputável) no território nacional poderão ser tributados em Portugal a uma taxa de 15 % sobre o montante bruto.</p> <p>Sendo tributados em Portugal, o Brasil concederá ao beneficiário destes rendimentos um crédito de imposto correspondente ao imposto português efetivamente pago <sup>(1)</sup>.</p>
Mais-valias imobiliárias	Crédito de imposto no Brasil	<p>As mais-valias geradas relativamente à venda de imóveis localizados em território nacional podem ser tributados em Portugal, à taxa de tributação prevista na lei interna.</p> <p>Sendo tributados em Portugal, o Brasil concederá ao beneficiário destes rendimentos um crédito de imposto correspondente ao imposto português efetivamente pago <sup>(1)</sup>.</p>
Mais-valias mobiliárias	Crédito de imposto no Brasil	<p>As mais-valias geradas relativamente à venda de outros bens localizados em território nacional podem ser tributados em Portugal, à taxa de tributação prevista na lei interna. <sup>(3)</sup></p> <p>Sendo tributados em Portugal, o Brasil concederá ao beneficiário destes rendimentos um crédito de imposto correspondente ao imposto português efetivamente pago <sup>(1)</sup>.</p>

Tipo de rendimento	Método de eliminação de dupla tributação	Descrição
Rendimentos de trabalho independente	Não tributação em Portugal ou Crédito de imposto no Brasil	<p>Os rendimentos de trabalho independente gerados por contribuintes residentes no Brasil só podem ser tributados no Brasil (salvo se pagos por uma entidade residente para efeitos fiscais em Portugal ou por estabelecimento estável aí situado).</p> <p>Sendo tributados em Portugal, o Brasil concederá ao beneficiário destes rendimentos um crédito de imposto correspondente ao imposto português efetivamente pago <sup>(1)</sup>.</p>
Rendimentos de trabalho dependente	Crédito de imposto no Brasil	<p>Em regra, os salários, vencimentos e outras remunerações similares (excluindo pensões) estão sujeitos ao seguinte tratamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i. Quando o emprego for exercido em território nacional, podem ser tributados em Portugal;</li> <li>ii. Quando o emprego for exercido no Brasil, só podem ser tributados no Brasil.</li> </ul> <p>Sendo tributados em Portugal, o Brasil concederá ao beneficiário destes rendimentos um crédito de imposto correspondente ao imposto português efetivamente pago <sup>(1)</sup>.</p>
Pensões não públicas	Não tributação em Portugal	<p>As pensões e outras remunerações similares pagas a um contribuinte residente no Brasil decorrentes de um emprego anterior (incluindo em consequência de serviços prestados em ligação com uma atividade empresarial do Estado, sua subdivisão política ou administrativa ou autarquia local) pagas a só podem ser tributadas no Brasil.</p>

Tipo de rendimento	Método de eliminação de dupla tributação	Descrição
Pensões públicas	Tributação exclusiva em Portugal <sup>(2)</sup>	Os benefícios da segurança social portuguesa e outras pensões públicas nacionais só podem ser tributados em Portugal.

- (1) A importância deduzida não poderá, contudo, exceder a fração do imposto aplicado no Brasil sobre os rendimentos que foram já tributados em Portugal, calculado antes da dedução deste imposto.
- (2) Tal isenção não impede que o Brasil tome em conta esses rendimentos isentos para efeitos do cálculo do quantitativo do imposto sobre os outros rendimentos.
- (3) Os ganhos provenientes da venda de ativos que façam parte de estabelecimento estável ou instalação fixa localizada em território nacional serão sempre tributados em Portugal.



## Como acionar a CDT entre Portugal e o Brasil?

A CDT celebrada entre Portugal e o Brasil poderá ser acionada do seguinte modo:

Método de eliminação de dupla tributação	Descrição
Não tributação em Portugal (parcial ou total)	<p>O contribuinte (ou o seu representante legal em Portugal) deverá proceder ao preenchimento do formulário Modelo 21-RFI disponibilizado no Portal das Finanças, por forma a solicitar a dispensa total ou parcial de retenção na fonte do imposto português <sup>(1)</sup>.</p> <p>O formulário deve ser entregue à entidade devedora/pagadora dos rendimentos e é válido pelo prazo máximo de um ano.</p> <p>Caso a retenção na fonte já tenha sido efetuada e o contribuinte pretenda obter o reembolso, total ou parcial, em conformidade com a CDT, deverá proceder ao preenchimento, consoante o tipo de rendimento em causa, do <b>formulário Modelo 22/23/24-RFI</b> disponibilizado no Portal das Finanças e obter junto das autoridades competentes (Autoridades Tributárias) do respetivo Estado de residência, <b>Certificado de Residência Fiscal (CoR)</b>, emitido por estas autoridades, que certifique a sua residência para efeitos fiscais nos termos da CDT aplicável, para o período em causa (Ano do pagamento dos rendimentos) e a sujeição a imposto sobre o rendimento nesse Estado.</p> <p>O <b>formulário Modelo RFI</b> com o pedido de reembolso, devida e integralmente preenchido e assinado, acompanhado por <b>Certificado de Residência Fiscal (CoR)</b>, emitido pelas autoridades competentes (Autoridades Tributárias) do respetivo Estado de residência deverão ser enviados por via postal para:</p> <p><i>Direção de Serviços de Relações Internacionais, Rua do Comércio, n.º 49, 1100-149 – Lisboa</i></p>
Crédito de imposto no Brasil	<p>O contribuinte deverá procurar informar-se junto das autoridades fiscais do Brasil relativamente à forma de acionamento do mecanismo previsto, ou seja, de obter o crédito relativo ao imposto suportado em Portugal.</p>

- (1) Deve ser preenchido, em triplicado, destinando-se cada um dos exemplares, depois de certificado pelas autoridades do Brasil (ou acompanhado de documento oficial emitido pela mesma entidade que ateste a residência fiscal do Brasil): (i) à entidade obrigada a efetuar a retenção na fonte; (ii) às autoridades do Brasil e (iii) ao beneficiário do rendimento.

## Lista de países com Convenção para evitar a Dupla Tributação Internacional

Portugal celebrou convenção para evitar a dupla tributação internacional com diversos países.

A lista completa e os textos das CDTs celebradas por Portugal podem ser consultados no Portal das Finanças, em "[Convenções e Quadro Resumo das Convenções](#)"

No Portal das Finanças também pode encontrar outros, [guias fiscais das comunidades portuguesas](#).

## Contactos e outras informações

### ▪ Como entrar em contacto com a AT a partir do estrangeiro

Para entrar em contacto com a AT a partir do estrangeiro, poderá utilizar os seguintes canais de contacto:

▪	Centro de Atendimento Telefónico (CAT AT): +351 217 206 707, todos os dias úteis das 9H00 às 19H00.
▪	Atendimento a Não Residentes, através do Portal das Finanças: <a href="https://sitfiscal.portaldasfinancas.gov.pt/ebalcao/novoPedidoFormNaoResidentes">https://sitfiscal.portaldasfinancas.gov.pt/ebalcao/novoPedidoFormNaoResidentes</a>

### ▪ Agendar atendimento presencial com a AT

Para atendimento presencial no Serviço de Finanças, caso se desloque a Portugal, pode requerer marcação através do número de telefone do Centro de Atendimento Telefónico (CAT AT).

### ▪ Mais informações

Para mais informações, consulte no Portal das Finanças (<https://www.portaldasfinancas.gov.pt/>):

▪	A <a href="#">Agenda fiscal</a> das obrigações declarativas e de pagamento com a AT.
▪	Os <a href="#">folhetos informativos</a> no “Apoio ao Contribuinte” no Portal das Finanças.
▪	As <a href="#">Questões Frequentes</a> (FAQ).
▪	A página <a href="#">Tax System in Portugal</a> .

A AT nas Redes Sociais:

- [Twitter](#)
- [Youtube](#)
- [Facebook](#)
- [Instagram](#)
- [Linkedin](#)